



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2009
ISSN 1887-4606
Vol.3(4)2009,714-737
www.dissoc.org

Artículo

Gênero e discurso no Brasil

Gender and discourse in Brazil

Izabel Magalhães

Universidade de Brasília/Universidade Federal do Ceará, Brasil

Resumo

O presente artigo examina discursos históricos de gênero no Brasil, para a adequada compreensão de um contexto sociocultural específico, à luz do debate sobre gênero e linguagem. Dois discursos de gênero são propostos: o discurso tradicional e o emancipatório. Além disso, o artigo tem o objetivo de definir identidades femininas construídas por esses discursos. Adotando-se uma posição contrária à de Pierre Bourdieu (1999) em relação à concepção do feminino, é problematizada a oposição entre feminino e masculino. As identidades são representações discursivas construídas nas práticas sociais. Nas práticas de gênero, elas estão em processo de transformação. Analisando dados de várias pesquisas, e seguindo a tradição da análise de discurso textualmente orientada (Adto), o estudo apresenta os seguintes resultados: além das identidades tradicionais (maternas, vítimas de violência), são definidas identidades emancipatórias e metamorfoseadas (profissionais, rebeldes). Historicamente, as identidades emancipatórias e metamorfoseadas estão vinculadas ao discurso emancipatório. Isso significa que o discurso constrói diferenças, como também indeterminações. As transformações nos discursos de gênero resultam de transgressões às identidades tradicionais.

Abstract

This paper examines historical gender discourses in Brazil, aiming at an adequate understanding of a specific sociocultural context, in the light of the debate on gender and language. Two gender discourses are discussed: a traditional discourse and an emancipatory discourse. In addition, the paper has the purpose of defining feminine identities that are constructed in these discourses. Opposing Pierre Bourdieu's view (1999) as to the notion of the 'feminine', the paper questions the feminine x masculine dichotomy. Identities are discursive representations that are constructed in social practices, and, in gender practices, they are in a process of change. Analysing data from several researches, and following the textually oriented discourse analysis (Toda) tradition, this study presents the following results. In addition to traditional identities (maternity, victims of violence), emancipatory and metamorphosed (professional, rebellious) identities are defined (professional, rebellious). Historically, metamorphosed identities are linked with the emancipatory discourse. This means that discourse constructs differences as well as indeterminations. Changes in gender discourses result from transgressing traditional identities.

Introdução

Iniciarei este artigo citando a história de Elena que antes dos nove anos de idade foi morar com o pai em Goiânia (Goiás, Brasil):

(1) O pai trabalhava o dia inteiro em uma fábrica de iogurte e a irmã mais velha era responsável pelos cuidados da casa, por Elena e outro irmão mais novo. Nessa época, a vida de Elena se resumia a ir à escola e brincar na rua. Porém, à medida que os anos se foram passando, o relacionamento com o pai começou a atrapalhar as brincadeiras. Aos nove anos de idade, ligara para a mãe, que morava em Brasília, e pedira para que fosse buscá-la. Elena revelou-me que já não suportava mais o pai; como diz a própria adolescente, “não agüentava mais meu pai, ele gostava muito de fazer gracinhas com a gente...ele era muito safado.” Perguntei algumas vezes para Elena o quê especificamente ele fazia-lhe e a adolescente sempre respondia da mesma maneira “safado ué! Você não sabe o que é safado?” Diferente de todos os outros temas sobre os quais conversamos, este foi evitado por Elena em todos os nossos encontros. (Lopes, 2003: 47; cf. Seção 3.)

A infância de Elena, marcada pelo abuso sexual cometido pelo próprio pai, demonstra uma prática de gênero que não é incomum no Brasil. Essa prática violenta deixa profundas feridas na subjetividade feminina, um verdadeiro trauma no caso da adolescente, que não consegue suportar a dor de abordar o assunto. Contudo, a violência física não está dissociada da *violência simbólica*. O conceito de Bourdieu (1999: 46), que é parte de uma “teoria materialista da economia de bens simbólicos”, refere-se à “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação”.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais...A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural...(Bourdieu, 1999, p. 46-47)

A contribuição do conceito de Bourdieu para este artigo está no entendimento da objetividade da experiência subjetiva da relação de gênero como uma relação assimétrica de poder em um contexto social de colonização portuguesa, em que o conservadorismo da Igreja Católica teve influência decisiva na formação das mentalidades (Del Priore, 1993). Contudo, discordo de Bourdieu com relação às posições identitárias na

relação de gênero, pois ao contrário de Bourdieu, penso que essas posições são móveis.

Além disso, definir as identidades como “quem as pessoas são para os outros” é provavelmente redutor (Benwell & Stokoe, 2006: 6)¹. O conceito de identidade pressupõe ‘consciência reflexiva’ (Giddens, 1991: 52). Em recente pesquisa, Berenice Bento (2006) discute a ‘reinvenção do corpo’, o que certamente se liga à reinvenção das identidades de gênero, por exemplo na transsexualidade, conforme o depoimento de Kátia:

Eu me sentia uma mulher, agia como mulher. Quer dizer, que nem uma mulher. Tem muito tempo que eu buscava ajuda para entender esse meu problema. Não entendia o que era isso. Que ia fazer com tudo aquilo? Aí eu procurei uma médica, quando tinha 18 anos e ela me disse que eu não era nem homem nem mulher. Nunca tinha visto um travesti na minha vida, nunca tinha visto um homossexual; se já tinha visto, não tinha percebido nada também. Aí então eu falei: “Gente do céu, é por isso que minha mão não gosta de mim!” Aí vem tudo aquilo na cabeça. (Bento, 2006: 183)

Portanto, as identidades de gênero são heterogêneas e não homogêneas (Magalhães, 2006). As identidades são representações discursivas, que são construídas, e podem ser investigadas, nas práticas sociais. Nas práticas de gênero, as identidades são construções discursivas que se mantêm por ideologias hegemônicas de masculinidade e feminilidade e que estão em processo de transformação (Magalhães, 2005a).

Chouliaraki e Fairclough (1999), com base na concepção de Harvey (1996), consideram o discurso como um momento da prática social, que se relaciona dialeticamente com outros momentos não-discursivos: o poder, as relações sociais, as práticas materiais, as instituições e organizações com seus rituais, as crenças, os valores e desejos das pessoas. Na perspectiva que adoto, os discursos (incluindo os aspectos semióticos ligados à imagem) são dimensões das práticas sociais; portanto, os textos, que são materializações linguísticas e semióticas das práticas, precisam ser aí contextualizados (Magalhães, 2004).

Com relação às práticas de gênero, tanto analistas quanto pessoas leigas têm seus atos, e suas atitudes e crenças influenciados e organizados conforme “um discurso mais geral sobre a própria diferença de gênero”, diferença que é construída culturalmente (Cameron, 1999: 443). É por isso que nas conversas analisadas por Tannen (1991), em seu livro *You just don't understand*, logo se reconhece o que é considerado ‘típico’ da conduta das mulheres e dos homens. Nesse caso, é o discurso da diferença de gênero que ‘explica’ os diferentes padrões linguísticos e semióticos; contudo, segundo Cameron (ibid.), “seria mais iluminador dizer que o discurso *constrói* a diferenciação, torna-a visível *como* diferenciação”.

Conforme apontam Bucholtz e Hall (1995: 8):

analistas da linguagem devem tornar-se conscientes dos sistemas de crença antes de iniciar o estudo da identidade discursiva. Qualquer análise de gênero e poder deve, então, primeiro, isolar as convenções linguísticas externas que influenciam a comunidade em estudo e, então, averiguar as convenções mais locais que podem ou não sobrepujar-se àquelas do sistema simbólico dominante.

Esse sistema inclui a formação de dicotomias de gênero, que são ideológicas (Poynton, 1989). A ideologia de gênero atribui e mantém determinados significados associados a mulheres e homens, estabelecendo posições hierarquizadas conforme o poder, por exemplo nas relações entre empresas, entre funcionários e funcionárias. “A dicotomia ideológica em questão aqui é aquela de *mulher* em oposição a *homem*” e de feminino em oposição a masculino (Poynton, 1989: 18). Essa dicotomia pode ser vinculada a outras: emoção e razão, passivo e ativo, expressivo e instrumental, ignorância e conhecimento, incompetência e competência, fala e ação, natureza e cultura (ibid.).

Cabe lembrar que as dicotomias não mais se manifestam de forma clara no contexto citadino brasileiro, com as mudanças atuais nos diversos domínios sociais, em que a influência da comunicação eletrônica, principalmente da televisão e da Internet, contribui decisivamente para a padronização de linguagens e estilos. Por causa disso, os estudos de gênero e linguagem precisam considerar os valores e as crenças locais, conforme sugere Bucholtz (1995), mas também a forma como o poder atua na construção das identidades de gênero, como defende Cameron (1995: 43): A linguística feminista produziu uma ‘verdade’, uma versão do que significa ser um/a falante generificado/a, que define muitas mulheres como desviantes, enquanto trata a exclusão continuada das mulheres de importantes práticas comunicativas como normal.

O argumento de Cameron é uma crítica a posições conhecidas nos estudos de gênero e linguagem (1995: 33): o *déficit*, defendido por Lakoff (1975) e Spender (1980), em que “as mulheres são consideradas como falantes em desvantagem devido a sua socialização primária baseada no sexo”; a *dominância*, segundo a qual “as mulheres negociam sua posição relativamente desprovida de poder ao interagirem com os homens”, que pode ser exemplificada pelo trabalho de Zimmerman e West (1975); e a *diferença cultural*, proposta por Maltz e Borker (1982) que se tornou popular na já citada obra de Tannen (1991).

Neste artigo, adoto a perspectiva de Cameron (1995: 42), para quem “*gênero é um problema, não uma solução*”. Isso significa que as identidades de gênero nunca estão completas: “se falo como mulher, isso não é apenas o efeito inevitável do fato de que sou mulher; é uma forma que

tenho de tornar-me uma mulher, de produzir-me *como* mulher” (Cameron, 1995: 43).

Meu propósito aqui é debater discursos e identidades de gênero no contexto social brasileiro, contribuindo para pesquisas sobre gênero e discurso. A primeira seção abordará discursos históricos de gênero, enquanto a segunda apresentará uma reflexão sobre identidades femininas, na tentativa de registrar os sentidos heterogêneos dessas representações.

As análises que serão apresentadas seguem a tradição da análise de discurso textualmente orientada (Adto). No artigo “Teoria crítica do discurso e texto” (Magalhães, 2004), são comentadas três etapas na Adto: a Linguística Sistêmico-Funcional, proposta por Halliday (1994), a Linguística Crítica, de Fowler *et al.* (1979) e a Análise de Discurso Crítica (cf. Wodak e Meyer, 2001).

Discursos históricos de gênero

No Brasil, existem pelo menos dois discursos históricos de gênero: um discurso tradicional e um discurso emancipatório (Magalhães, 2008). O discurso tradicional é derivado da aliança entre o Estado e a Igreja Católica, caracterizando-se pelo controle exercido pelos homens sobre as mulheres. Esse é o *discurso de controle*. A dominação dos homens deve-se parcialmente à forma como os significados no discurso falado, escrito e visual são mobilizados para mantê-los em funções públicas de prestígio, cabendo às mulheres funções socialmente desprestigiadas e mesmo estigmatizadas. Além disso, em diversos domínios sociais, há uma tendência de enunciados violentos contra as mulheres, não apenas ligados a proibições, impedimentos e ordens (Lima, 2007), mas também a representações profundamente negativas e agressivas (Santos, 1996; Figueiredo, 2004; Ostermann, 2006; e Dias, 2007). Esse é o discurso da violência contra mulheres, que inclui o assédio sexual e a violência doméstica. De acordo com Figueiredo (2004: 80):

A tolerância legal à violência masculina contra as mulheres não é um fenômeno isolado. Ela na verdade reflete e reforça uma estrutura social de domínio masculino (que o sistema jurídico representa) e de parcialidade de gênero, porque se apoia em noções como a divisão das mulheres em ‘puras’ e ‘perdidas’, a ideia de que as mulheres devem servir os homens (inclusive sexualmente), e que a violência masculina contra mulheres é, em muitos casos, ‘natural’ ou aceitável.

No exemplo (1), destacam-se os enunciados de Elena: “não agüentava mais meu pai, ele gostava muito de fazer gracinhas com a gente...ele era muito safado” e “safado ué! Você não sabe o que é safado?” Por meio da modalidadeⁱⁱ na linguagem, com o processo verbal mental (‘não agüentava

mais), o eufemismo no diminutivo (‘gracinhas’) e o adjetivo (‘safado’), a adolescente expressa seu sentimento de repulsa à exploração sexual do pai cometida contra as filhas adolescentes.

Em seu estudo sobre mulheres vítimas de violência doméstica, Dias (2007) nota o discurso tradicional na forma como as mulheres se autorepresentam e como representam os outros. O estudo aborda entrevistas realizadas na Casa Abrigo, um programa estatal de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. (Não foram adotadas convenções especiais na transcrição das entrevistas.)

(2)Tatiana: Quanto tempo tem que você está aqui? Camila: ...porque...porque...eu queria um marido que cuidasse de mim, não que ele me batesse...por porca coisa...

Tatiana: Como que você veio para a Casa Abrigo? Telma: ...Os meninos já estavam crescendo...e só vendo aquela agressão, agressão...Não era um pai que eu queria para os meus filhos...realmente...Porque, eu ficava com ele, mesmo sem gostar, mas porque eu pensava assim...”Não, ele vai ser um bom pai”, né? “Os meninos precisam de um pai. Um pai”...Eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe, sabe? Sempre acreditei...

Tatiana: Como era o seu relacionamento com ele? Rosana: ...Eu nunca imaginei ter...que criar () só, sem ter a presença de um pai. Nunca imaginei...para minha vida.

Tatiana: E como que você vê a Casa Abrigo? Lia: Assim, passei muitas coisas sem denunciar porque eu queria que meus filhos tivessem um lar, uma família, até porque não deu certo com o pai da minha filha, eu era muito jovem, então...logo em seguida eu o conheci, então eu queria que tivesse dado certo. (Dias, 2007, p. 80)

Destacam-se aqui as seguintes frases: “eu queria um marido que cuidasse de mim”; “ele vai ser um bom pai”; “os meninos precisam de um pai. Um pai”; “eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe? Sempre acreditei”; “eu nunca imaginei ter...que criar () só, sem ter a presença de um pai”; “eu queria que meus filhos tivessem um lar, uma família”. Essas frases relacionam o discurso da violência ao discurso de controle (tradicional), em que pelo processo lingüístico da metonímia o pai representa a família.

Outro exemplo é uma sugestão de uma mulher de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, à Assembléia Nacional Constituinte:

(3) uma pessoa, no caso, um deputado, alguém dentro do Senado para responder pelas mulheres, pelos problemas das mesmas, para podermos conseguir um lugar, um apoio dentro da Constituinte (Magalhães, 1991: 173).

Uma vez que as mulheres precisam de um deputado ou “alguém dentro do Senado” para responder por elas, a sugestão deixa claro que o Senado Federal era na época, e ainda é até certo ponto, uma instituição dominada por homens. Não surpreende, portanto, que o pronome indefinido ‘alguém’ tenha um referente masculino. Na perspectiva da autora, a construção de um

lugar socialⁱⁱⁱ reconhecido e visível para as mulheres dependia, em grande parte, da boa vontade dos homens que faziam as leis.

Conforme registrado na “Introdução”, a dimensão discursiva das práticas de gênero relaciona-se dialeticamente com dimensões não-discursivas, como o poder. O poder está nas práticas sociais e institucionais e certamente no discurso (Foucault, 1987, 1988). Um aspecto significativo da relação entre discurso e poder nas diferenças de gênero é o chamado masculino genérico ou ‘não-marcado’, uma categoria gramatical com pressupostos masculinos naturalizados que contribui para manter a desigualdade de poder nas relações de gênero. Um exemplo típico é apontado por Caldas-Coulthard (2007: 232), que submeteu um livro para publicação, em que adotou o feminino genérico (por exemplo, ‘autora’ em lugar de ‘autor’). A resposta da editora foi clara na carta em que foi comunicada a recusa da obra:

Há uma observação de forma que lhe peço licença para fazer a respeito de sua legítima decisão de escrever com constante referência feminina. Há pontos em que ou você gerará enunciados difíceis de aceitar como se os homens tivessem deixado de existir e só sobrassem mulheres pesquisadoras, autoras. Compreendo e partilho de sua intenção ao escrever assim, mas a leitura soa como um texto igualmente exclusivo ao contrário. Nome do editor, Editora (em 1/08/2006)

Com relação às orações “você gerará enunciados difíceis de aceitar” e “mas a leitura soa como um texto igualmente exclusivo ao contrário”, cabe fazer duas perguntas: Para quem os enunciados com o feminino genérico são difíceis de aceitar? E para quem a leitura do texto com o feminino genérico soa como um texto igualmente exclusivo? Acredito que a resposta a essas perguntas esteja diretamente relacionada ao contexto social brasileiro e ao discurso conservador de gênero que está impregnado na coletividade.

A respeito dessa prática sociocultural, não cabe o argumento de que a referência genérica seja apenas uma questão de língua, pois a língua é padronizada em um contexto social em que há hierarquia nas relações sociais, dentre as quais as relações de gênero. Dessa forma, a padronização da língua portuguesa depende da forma como o poder manifesta-se na prática sociocultural. Portanto, o poder está no discurso e em outras dimensões da prática, como as relações de gênero, e o discurso contribui para manter desigualdades de gênero pela naturalização, que é um dos modos de operação da ideologia. (Thompson, 1990)

É a ideologia nesse discurso da diferença que naturaliza significados do português que estão registrados no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (Ferreira, s/d): *homem público* = *homem que se consagra à vida pública*; *mulher pública* = *meretriz*; *homem da rua* = *homem do povo*;

mulher da rua = meretriz. Em 10 significados dos verbetes 'homem' e 'mulher' no dicionário, todas as definições são socialmente valorizadas para 'homem' e estigmatizadas para 'mulher'. Todas as definições de 'mulher' são de prostituta. Essa violência simbólica liga-se à violência física da seguinte forma: uma pessoa desvalorizada é considerada como passível de insultos e agressões verbais, visuais e físicas. Os verbetes do dicionário mostram uma relação clara entre discurso e ação na prática de gênero.

Todavia, o contexto social brasileiro é heterogêneo, notando-se uma coexistência entre o discurso tradicional de gênero e o discurso emancipatório. Há, também, transformações em curso nas práticas discursivas, orientadas para a negociação entre os gêneros (Radhay, 1999). Além disso, cabe apontar um recente debate sobre a homossexualidade, por exemplo, nos estudos de Moita-Lopes (2002). Esse modelo de prática discursiva é denominado de *mosaico*, ou de negociação. Fairclough aponta o seguinte sobre esse modelo:

Ambas as imagens implicam fragmentação das convenções. Mas a imagem de 'mosaico' enfatiza o espaço resultante do jogo criativo ao combinar os elementos do discurso de novas formas para atingir impacto momentâneo, para o pastiche. Enquanto a imagem de 'negociação' enfatiza que onde as convenções não podem mais ser consideradas como dadas, há uma necessidade consequente de os agentes negociarem (quase sempre implicitamente) a quais elementos do discurso se deve recorrer. (Fairclough, 2001: 273)

Para falar das transformações de gênero, é preciso conceituar o *discurso de liberação*, um discurso emancipatório. É possível notar contradições entre o discurso de controle e o discurso de liberação. Um exemplo é a análise da história em quadrinho *Tina*, de Sousa (Magalhães, 1995). Aqui, é analisada a linguagem de controle sobre as mulheres nas conversas entre Tina e o namorado, mas no final da história, Tina rompe com o namorado, liberando-se da opressão e assumindo sua própria identidade. Portanto, o texto de Sousa busca produzir humor explorando os dois discursos, o tradicional e o emancipatório.

O discurso emancipatório é claro nas reivindicações políticas das mulheres em sugestões à Constituição Federal:

(4)As mulheres brasileiras, hoje engajadas e atuantes nas discussões políticas e tendo o merecido reconhecimento como trabalhadores importantes e fundamentais para a nação vêm reivindicar à Comissão da Constituição uma reformulação em suas jornadas de trabalho de oito para seis horas e uma aposentadoria com 25 anos de serviço em cadeira independente de onde tenha trabalhado. (Serviço de Apoio Informativo à Constituinte/SAIC 60728LO24578, PRODASEN, Senado Federal; cf. Magalhães, 1995: 194.)

Trata-se de um discurso político, de contestação de diferenças e desigualdades impostas, em suma, que propõe uma relação de igualdade entre os gêneros (Lazar, 2000). O estudo de Radhay (1999) registra essa relação entre iguais. Radhay analisa narrativas de seis casais internacionais residentes em Brasília - DF, em que predomina a negociação entre os gêneros. Em termos de nacionalidade, os casais são formados de quatro brasileiros com mulheres estrangeiras; de uma brasileira com um estrangeiro e de um estrangeiro com uma estrangeira.

Os dados analisados pela investigadora indicam uma fragmentação da subjetividade dos casais entre dois mundos, que resulta na negociação das convenções discursivas e na combinação criativa dos elementos do discurso. Apoiando-se na obra de Bakhtin (1997), Radhay (1999: 130-131) ressalta o “processo de dialogia e engajamento com o outro”, mostrando que a interação entre os casais constrói uma “base de intimidade e cooperação”. O processo de diálogo com o outro é ressaltado por Bakhtin no conceito de ‘exotopia’:

Na cultura, a exotopia é o instrumento mais poderoso de compreensão. A cultura alheia só se revela em sua completude e em sua profundidade aos olhos de outra cultura (e não se entrega em toda a sua plenitude, pois virão outras culturas que verão e compreenderão ainda mais. (Bakhtin, 1997: 368.)

Provocados pela necessidade de compreensão da incompletude de um em relação ao outro, os diálogos entre os casais, em uma mesma língua ou em duas ou três línguas, versam sobre o dia-a-dia e os planos imediatos. A conclusão de Radhay é de que o “sujeito encontra seu espaço principalmente no outro e, por isso, mesmo mudando-se de lugar ou de país, seu abrigo ou seu casulo não muda porque o sujeito negocia seu espaço com o outro e no outro”. (Radhay, 1999: 148.)

Destaca-se nesse estudo a constituição de um discurso novo, em que há igualdade na relação entre os gêneros. Aqui, é preciso refletir sobre o que dizem Bandeira e Siqueira:

O pensamento feminista possibilitou a multiplicação dos olhares e dos lugares de reflexão e de intervenção social. Fez ver que não é mais possível conceber-se o mundo sem a perspectiva da alteridade, da diversidade sem cair em outra dualidade – da diferença e da igualdade –, e sem cair também no “reino das subjetividades”. (Bandeira e Siqueira, 1997: 280.)

O que sugerem as autoras citadas é que os conceitos de ‘diferença’ e ‘igualdade’ são inevitáveis no debate sobre gênero. Entretanto, como já comentado na “Introdução”, isso não significa a mera celebração da diferença que apenas contribui para naturalizar a desigualdade. É preciso considerar tanto as crenças locais como as desigualdades do contexto

sociohistórico e das práticas socioculturais. O que defendo, seguindo o pensamento de Santos (2007), é a reinvenção do conceito de 'emancipação social'. Em sua proposta de 'renovação da teoria crítica', o cientista social português refere-se a dois modelos de conhecimento da modernidade ocidental: o *conhecimento de regulação (CR)* e o *conhecimento de emancipação (CE)*. O conhecimento, de modo geral, define-se por uma trajetória do ponto A, que é considerado como 'ignorância', ao ponto B, tido como 'saber'. No CR, a ignorância é caos enquanto o saber é ordem: "Saber é pôr ordem nas coisas, na realidade, na sociedade." Já no CE, o saber "vai do colonialismo à autonomia solidária" (ibid., p. 53). Para Santos, o CR dominou o CE quando a modernidade ocidental foi reduzida ao capitalismo. Nessa redução, o que era "conhecimento-saber (autonomia solidária) passou a ser no CE uma forma de caos": o que era 'conhecimento' no CE passou a ser 'ignorância' no CR e o que era 'ignorância' no CE passou a ser 'saber' no CR. Assim, "o colonialismo passa a ser uma forma de ordem" (ibid.). Essa é a maneira com que tento ver o que se passou e porque é necessário reinventar o conhecimento-emancipação. Porque de alguma maneira a ciência moderna se desenvolveu totalmente no quadro do conhecimento-regulação que recodificou, canibalizou, perverteu as possibilidades do CE. (Santos, 2007: 53)

Como parte da reinvenção do conhecimento-emancipação, é urgente a defesa da igualdade entre os gêneros. Essa é uma forma de combate à "monocultura da naturalização das diferenças que ocultam hierarquias" (ibid., p. 30). Essas hierarquias são consideradas consequências, e não as causas, das diferenças "porque os que são inferiores nessas classificações naturais o são 'por natureza', e por isso a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade; desse modo se naturalizam as diferenças..." (ibid.). A classificação nas relações de gênero é parte das dicotomias já discutidas na "Introdução", que atribuem o conceito de 'mulher' à natureza e o de 'homem' à cultura em relação de oposição (binária). Para Santos, essa é uma "característica da racionalidade preguiçosa ocidental: não sabe pensar diferenças com igualdade; as diferenças são sempre desiguais" (ibid.).

Como disse anteriormente, inexistente uma divisão nítida entre o discurso de controle (conhecimento regulação/CR) e o discurso de liberação (conhecimento emancipação/CE), pois o contexto societário é profundamente heterogêneo. Considere-se, por um momento, a complexa diversidade na comparação entre cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, e pequenas cidades do interior do país. É verdade que a mídia, principalmente a televisão, mas também até certo ponto a Internet, é uma força renovadora de costumes, hábitos e crenças. As novelas televisivas, com a inclusão de personagens divorciados, mulheres independentes e relações homossexuais (por exemplo, as novelas *Duas Caras* e *A Favorita*,

da TV Globo, ambas exibidas em 2008), certamente contribuem para um debate em todo o país, nas mais remotas localidades. Se considerarmos a fidelidade de telespectadores e telespectadoras a determinadas novelas, como a do chamado 'horário nobre' (logo após o *Jornal Nacional*, da TV Globo, edição noturna), não é algo trivial, muito pelo contrário: é fundamental considerar o impacto desse tipo de influência nas mentalidades e no imaginário da população brasileira.

Em reportagem da revista *Época* (Editora Globo, no. 503, 7 de janeiro de 2008), "1968, o ano das transformações", há um destaque para uma mulher que teve influência considerável em sua geração, com uma foto de Leila Diniz de biquíni na Passeata dos 100 Mil, contra a ditadura militar, e o seguinte texto: "Musa Irreverente e sensual, a atriz Leila Diniz, então com 23 anos, tornou-se um modelo para uma geração de mulheres que descobria a liberdade sexual" (p. 63). Nota-se aqui a perspectiva de transgressão a costumes, hábitos e crenças que caracterizou o movimento contra a ditadura militar no Brasil.

Outra mulher que teve influência na sua geração foi a cantora Elis Regina, que também tinha 23 anos em 1968. Essa mulher deixou sua terra natal, o Rio Grande do Sul, e foi para o Rio de Janeiro, onde teve um papel de destaque profissional ao apresentar novos talentos ao cenário musical, como foi o caso do cantor João Bosco. Mesmo desaparecendo jovem, com apenas 36 anos, Elis Regina deixou um legado de peso na indústria musical com suas interpretações inesquecíveis de canções populares que se tornaram conhecidas pela magia de sua voz e interpretação.

Uma contribuição histórica de um grupo de mulheres que geralmente fica à sombra da liderança política masculina contra a ditadura militar é ressaltada no livro de Colling (1997), *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. A historiadora traz à luz o sofrimento das mulheres na prisão, a tortura a que foram submetidas ("É no corpo que eles vão agir").

...todas as mulheres entrevistadas [6] foram torturadas, embora em apenas duas tenham sido usados métodos físicos. Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. ...A prisão de todas as mulheres, nas condições políticas da época, significou um rompimento com todas as referências sociais. Simone, ao relatar o momento da sua prisão, expressa a situação de desamparo que toma conta da pessoa, na medida em que ela fica à mercê dos policiais, sem que ninguém saiba o que aconteceu. (Colling, 1997: 80)

O discurso emancipatório, dessa forma, foi construído com o sacrifício de muitas mulheres, contribuindo para a mudança social recente

no Brasil, com a presença de uma liderança de mulheres na Câmara e no Senado Federal. Contribuiu, também, para o desenvolvimento do país, considerando-se o trabalho das mulheres nas fábricas, nas empresas e nas profissões liberais. Compare-se, por exemplo, a forte liderança da Ministra Dilma Rousseff (da Casa Civil) no governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva à atuação de Zélia Maria Cardoso de Melo, a primeira mulher a ocupar um cargo de ministra, no governo de Fernando Collor de Mello (Magalhães, 1995). Há, talvez, uma relação de oposição entre elas que precisa ser analisada, o que sugere uma grande heterogeneidade entre as mulheres.

Para Foucault (1987), as “posições de sujeito” constroem uma visão particular do mundo nos enunciados. De acordo com Sunderland (2004: 8), as posições de sujeito são atravessadas por significados de gênero, “por exemplo, quando as mulheres são posicionadas como cuidadoras *by default*”.

Entretanto, os sujeitos são constituídos por um sistema de relações, e a “rede de lugares distintos” que os sujeitos ocupam nessas relações entre o espaço institucional e “códigos de percepção”, entre “observações imediatas” e “informações já adquiridas” e entre os múltiplos papéis que exercem no “espaço social”, constitui a dispersão em suas identidades (Michel Foucault, 1987: 59-60). Segundo esse debate, “as identidades de gênero são heterogêneas, múltiplas, metamorfoseadas” (Magalhães, 2008: 63).

As identidades femininas constituídas por esses discursos é o que passarei a abordar na próxima seção.

Identidades metamorfoseadas e identidades rebeldes

Em recente artigo, analisei as identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial (Magalhães, 2008). Nesse estudo, aponteí, nos contextos analisados, a existência de identidades femininas heterogêneas. Além da identidade tradicional, ligada ao discurso de controle (tradicional), foram registradas identidades metamorfoseadas. Conforme a análise realizada, foram definidos quatro discursos: o discurso tradicional, já discutido aqui. O discurso do afeto caracteriza-se pela representação da afetividade entre docentes e estudantes, enquanto o discurso da escola está ligado às representações propriamente referentes ao funcionamento institucional. Quanto ao discurso profissional, refere-se às representações do mundo profissional, no caso desse estudo, a docência. Não serão discutidos aqui nem o discurso do afeto, nem o da escola.

Discursos	Identidades
Tradicional Profissional	Tradicional Emancipatória Profissional Metamorfoseada

Figura 1: Discursos e identidades femininas

As identidades femininas tradicionais são investigadas em meus trabalhos anteriores (veja, por exemplo, Magalhães, 2005b). Na pesquisa realizada no contexto de alfabetização de jovens e adultos, são examinadas as identidades de escritora, trabalhadora, mãe/dona de casa e a identidade midiática. Essas identidades femininas são analisadas em três gêneros discursivos: um jornal comunitário produzido pelo Grupo de Alfabetização de Jovens e Adultos do Paranoá, DF, Brasil, em parceria com a equipe de pesquisa. Também são analisadas entrevistas com mulheres matriculadas no curso de alfabetização, além de uma discussão em sala de aula sobre dois textos publicitários (ibid., p. 187-196). A identidade tradicional, constituída para as mulheres no discurso tradicional e profundamente arraigada no contexto sociocultural brasileiro, é associada ao lar e à função materna, mas também, conforme indicado anteriormente (“Discursos históricos de gênero”), às vítimas da violência (masculina).

Vamos encontrar identidades metamorfoseadas, em coexistência com as identidades tradicionais e com as identidades emancipatórias (discurso profissional). Por exemplo, quando uma professora do Ensino Especial nomeia estudantes deficientes com o termo ‘meninas’, é possível supor que se trata de uma identidade tradicional, pois há uma associação entre deficiência e necessidade de proteção. Mas a professora também pode estar questionando a relação formal da sala de aula. É esse o caso quando uma professora comenta sobre o trabalho afetivo de conquista da confiança de homens e mulheres jovens e adultos em processo de alfabetização (veja a narrativa de Rute, adiante).

Historicamente, as identidades femininas metamorfoseadas estão vinculadas ao projeto emancipatório, significando que longe de terem suas práticas de gênero limitadas ao papel de mãe/dona de casa, as mulheres atualmente buscam atuar no trabalho, na ciência, nas artes e na política, definindo inclusive sua identidade sexual.

Em seu estudo sobre narrativas de seis garotas adolescentes internadas no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), Lopes (2003) nota que, ao conviverem no mundo do crime, denominado por elas de ‘essa vida’, as adolescentes “promovem uma ruptura no sistema sexo/gênero” (Lopes, 2003: 112).

Ao falarem do primeiro par desse sistema, constroem para si próprias uma identidade feminina. No entanto, ao explicarem a opção por “essa vida”, investem em uma *performance* que é considerada por elas mesmas como masculina. Elas conjugam essas duas noções – masculino e feminino – e as (res)significam para constituir as próprias identidades de gênero... (ibid.)

Maria

Adolescente que morava com os pais e irmãos/irmãs, mas gostava de festas e drogas, e, como não tinha emprego, começou a roubar. No que se segue, farei uma reanálise da narrativa. (Note as seguintes convenções de transcrição: [...] trecho omitido; (+) pausa.)

(5)Eu sempre fui corajosa, por isso que aconteceu muita coisa comigo, eu não tinha medo de nada, não tava nem aí. Saía de noite. Velho, se eu tivesse numa lonjura da minha casa assim e tivesse de noite, de madrugada, eu voltava sem medo de nada porque eu não tinha medo, eu não tinha medo de nada. Sempre fui assim que nem homem. Hoje em dia, eu já tenho medo de algumas coisas, já tenho medo de andar de noite, de brigar e matar outra pessoa. Então eu vou escapando um pouco dessas coisa. A minha irmã escapou dessa vida por causa disso, porque ela tinha medo, era mais mulherzinha, eu não tinha medo, entendeu?

[...]Tipo assim tem mulher que...não é todas, entendeu? O que acontece é que vai de pessoa para pessoa, é esquisito, por isso vai de pessoa para pessoa. Eu sempre digo assim: tem pessoa, tem homem que já tem coragem de bater, tem mulher que já não tem, tem mulher que já tem mais do que aquele cara ali de bater. Tem mulher que é mais drogada que aquele homem ali, tem homem que é mais drogado que aquela mulher, entendeu? Então, é tipo assim: de mulher para homem não tem muita diferença, apesar de ter mais homem do que mulher [no Caje]. Tem mais homem do que mulher, só que tem mulher que é mais corajosa, homem que é mais corajoso e assim vai.

[...] Mas quando eu tava nessa vida, eu não gostava de andar com mulher, porque mulher era muito fofoqueira. Ave Maria! Se você andar com mulher...ichi! Os menino mesmo diz CÊ tem que escolher a mulher a dedo para você andar! Porque é muito fofoqueira, fala demais da vida dos outros. Outra, mulher que quer ser malandra, gosta de crescer o olho em você. Às vezes, você vive no meio da malandragem, só que você é humilde, entendeu? Porque a maioria das mulher que entra assim na malandragem quer ser (+) porque se acha dentro da malandragem, quer tipo, não ter dó de ninguém, não tá nem aí, quer dar porrada mesmo. Tem umas que até aproveita que a pessoa tá ruim. Tem umas que não dá conta de bater em ninguém, aí só porque tá bêbado ali,

desce a porrada só para se crescer, entendeu? Sendo que não tem nada contra, nunca fez nenhum mal, entendeu? É desse jeito. Por isso que homem fala: “Mulher bandido é feia”. É feia mesma, porque não sabe viver, muitas vezes que se amostrar. É fraca por dentro, mas por fora quer uma agressividade, quer mostrar que é macho para os outros ter medo, essas coisa. A maioria dessas mulher que entra na malandragem arruma guerra facinha, porque tipo “qué ser a tal” e que se acontecer alguma coisa mata, e não mata, entendeu? Mas para se crescer, e pode querer se crescer tanto, que faça uma miséria dessa na vida e vai puxar cadeia por causa disso.

[...] É feio mesmo, e eu tava nessa vida, mas o que eu te falei? Eu te falei tem mulher bandido que é feia mesmo, mas tem umas que tem um jeito e outras que tem outro jeito. Tem umas que é mais assim, tem umas que quer ser a tal, tem outras que não quer ser a tal. Fica mais feio ainda, é sempre feio. Agora, eu vejo que é feio, eu era feio mesmo. Eu ficava parada na esquina que nem um homem, eu usava bermudão, porque agora eu vejo que era feio, eu ficava na esquina, parada, fumando maconha, que nem um homem. Depois eu vou trazer uma foto para você ver. Eu tenho uma foto que no dia que eu matei a mulher eu tirei essa foto antes de eu matar ela. Tu vai ver como é que eu estava: de jaqueta, prata no dedo, de bermuda, camiseta, eu só andava assim. Eu tava de sandália, a sandália se tu visse, era o macho puro! Bem fragantosa mesmo. Eu tava um homem mesmo. (Lopes, 2003: 112-113.)

Cabe destacar as frases “Eu sempre fui corajosa”, “...de mulher para homem não tem muita diferença”, “Mas quando eu tava nessa vida, eu não gostava de andar com mulher, porque mulher era muito fofoqueira”, “Mulher bandido é feia”, “Eu ficava parada na esquina que nem um homem”, “Eu tava de sandália, a sandália se tu visse, era o macho puro! Bem fragantosa mesmo”, “Eu tava um homem mesmo.” Note-se a modalidade (‘corajosa’, ‘muito fofoqueira’, ‘feia’, ‘era o macho puro’, ‘fragantosa’ [poderosa], ‘um homem mesmo’), que representa o investimento de Maria em uma identidade masculina para enfatizar a idéia de virilidade, um valor no mundo do crime. Há, também, comparações que ressignificam o gênero, no momento em que Maria diz: “...de mulher para homem não tem muita diferença” e “...fumando maconha, que nem um homem”. Dessa forma, a adolescente sugere uma identidade metamorfoseada, que é, de certa forma, indeterminada entre o masculino e o feminino. A valorização de características que Maria considera femininas está na reflexão que faz sobre a experiência do Cajé e o que diziam os garotos (“Mulher bandido é feia”), que ela repete mais de uma vez, e na comparação entre si própria e a irmã (“...ela tinha medo, era mais mulherzinha, eu não tinha medo, entendeu?”) O diminutivo ‘mulherzinha’ sugere uma prática sociocultural, em que o feminino está associado ao medo e à fragilidade. Ao mesmo tempo em que Maria afirma sua coragem para transgredir padrões socioculturais cristalizados, sua autoimagem divide-se entre o masculino e o feminino.

Rute

Docente da Educação de Jovens e Adultos, Rute narra sua experiência no ensino, com genuína paixão pela profissão. A narrativa é parte do projeto *Discurso e Identidade no Contexto da Sala de Aula, do Trabalho e da Comunidade*, coordenado por mim de 2003 a 2007, com apoio do CNPq. A entrevista para a gravação da narrativa foi conduzida durante o curso de 80 horas de duração *Formação de Professores: Alfabetização de Jovens e Adultos*, que ministrei em 2005, no *Fórum Permanente de Professores*, na Universidade de Brasília. Todos os 28 professores e professoras inscritos foram entrevistados.

Além desses dados, foram observadas aulas de alfabetização de jovens e adultos no local de trabalho, com registro de notas de campo. Os locais da pesquisa foram dois ministérios do governo federal e uma universidade. Nesses locais, foram realizadas entrevistas com professores e professoras.

([...] significa trecho suprimido; três pontos, pausa; / interrupção.)

(6) Nesse período, houve uma reformulação da Secretaria de Educação e surgiu isso que eles chamam de jornada ampliada. Isso do professor ficar o dia todinho. Então ele dá aula num período e tem coordenação no outro. E como eu estava pra sair de direção e a escola tinha três turnos, era uma Escola Classe, mas era uma Escola Classe mascarada, com Centro de Ensino, noturno, à noite. Eu tava muito cansada, e como eu trabalhava também de manhã, antes no horário só pela manhã, e eu não queria ficar no diurno [...] E, aí as pessoas lá da direção, com quem eu trabalhava: oh, Rute, tem vaga no noturno. Por que você não fica no noturno, com supletivo [atualmente, Educação de Jovens e Adultos]? Que é o chamado supletivo, né.

Bom, eu...sempre procuro é...nas primeiras aulas eu nunca consigo assim...eu, embora as pessoas de lá, os mais antigos fala que a gente, pra aluno de noturno, de supletivo, eles não tão lá pra perda de tempo, então você não pode ficar perdendo tempo. Eles chamam de perda de tempo você fazer uma dinâmica de apresentação...de reconhecimento...essas coisas. Chamam isso de perda de tempo, que o aluno que já quer aula, lê isso daqui logo, não sei o quê, né...eu sempre converso com eles né, assim, é...de uma forma assim. Eu, eu sempre procurei, é...saber deles o que que eles gostariam, o que que eles gostariam de aprender ler e escrever, né. Então é mais ou menos assim. Então eu, sabe. Normalmente no começo a gente conversa bastante, e eu...pra conhecer, pra conhecer as aspirações deles, e depois eu procuro sempre, na medida do possível, é...propor atividades que vão ao encontro do que eles desejam aprender.

Ah, eu acho...No início é complicado, tá, porque no início eles vem com autoestima lá embaixo, então, eles tem, alguns fazem aquele depoimento que vem escondido, põe assim os cadernos escondidos dentro de sacolinha pra ninguém saber que tá indo estudar, porque a autoestima tá muito baixa. Então no começo, assim, no começo é meio complicado, porque eu tenho que fazer um trabalho muito assim, de, de...do lado da questão do afetivo mesmo, pra conquistar a confiança deles, aboli de qualquer forma a palavra erro. Falei, gente, esquece essa palavra, vamo apagar isso do dicionário, porque isso é...não vai fazer bem pra ninguém. A gente aprende é tentando..., é...é tentando...caindo, levantando, tentando novamente... Nem por isso a gente deixa, a gente desiste de, de andar. Então é muito complicado no início, sabe. Mas depois eu vejo assim que é...depois desse momento complicado assim no começo, eu percebo que eles tomam gosto pela escola [...] E aí já esquece a sacolinha,

já faz questão de mostrar que tá vindo estudar. Então eu percebo assim que tem sido muito bom nessa questão de, deles se sentirem melhor como pessoa. Se sentirem assim valorizados como pessoas, que são cheios de experiência, sabe. Que é uma outra coisa que eu falo, nós vamos trocar saberes, tá.

[...] Então tem alguns com até com setenta anos que chega eu vim aprender a ler e escrever porque eu quero tirar carteira de motorista, porque eu quero montar uma loja...é, pra fazer doces, porque eu adoro fazer doces, porque eu quero montar uma loja pra fazer bolos, que eu adoro fazer bolos, né [...]

[...] Ah...educação pra mim é...é uma aprendizagem pra vida toda. Eu acho que é a oportunidade de você aprender outras coisas, você tá sempre aprendendo. Eu acho que é uma forma de você se sentir melhor. E acho que/ mexe muito com a autoestima da gente. Então a gente tá sempre aprendendo e a gente ter essa consciência de que é sempre possível a gente aprender, isso é uma coisa muito legal, né. Não tem assim, eu não vejo por...eu não vejo porta no final, eu só vejo assim mais um caminho muito grande [...] Eu não vejo assim nada fechando. E, assim, eu vejo assim essa, e essa, e essa luz, ela se abrindo mais, cada vez mais. Um túnel assim oh, com uma luz, um clarão lá no fundo. Então eu tenho consciência de que, na minha idade, eu não sou nenhuma criança, mas também não sou velha, né, eu acho que eu já aprendi alguma coisa, mas eu, me encanta saber que tem um monte de coisas que eu não sei e que eu, que eu gostaria de aprender. É isso pra mim a educação.

Eu acho que hoje pras mulheres, né, a educação s...significa assim a libertação mesmo. Você ter a independência, né, e também melhorar a si próprio, tá. Conhecer...conhecer...aprender sempre é muito bom. Agora eu estou percebendo que assim, as próprias estatísticas, as pesquisas mostram que as mulheres estão investindo mais em educação do que nos homens, do que os homens. Então eu vejo que as mulheres estão com mais vontade. Né. Não sei se é porque algumas ficaram, ou ficaram ou fazem parte de uma geração que ficou presa muito tempo e não pôde fazer isso e agora tão assim, com aquela sede, correndo, né, com aquela coisa. E os homens estão um pouco mais acomodados, eu percebo isso. Tá.

(A Escola Classe referida no primeiro parágrafo distingue-se do Centro de Ensino, pois busca adequar o ensino às demandas da comunidade.)

A narrativa de Rute é voltada para sua experiência na educação de jovens e adultos, construindo uma forte identidade profissional. Em vários momentos, ela sugere um verdadeiro engajamento profissional, principalmente nas metáforas sobre a educação: *era uma Escola Classe mascarada, você não pode ficar perdendo tempo, no início é complicado, põe assim os cadernos escondidos dentro de sacolinha, vamos apagar isso do dicionário, vamos trocar saberes, a gente aprende é tentando...é...é tentando...caíndo levantando tentando novamente, eu não vejo porta no final, eu só vejo assim mais um caminho muito grande, uma luz luz só luz, eu não vejo assim nada fechando, essa luz ela se abrindo assim cada vez mais, um túnel assim oh com uma luz um clarão lá no fundo*. Nas metáforas, há crítica (*era uma Escola Classe mascarada*), além da constatação de que é necessário um planejamento cuidadoso do ensino para que jovens e adultos não se frustrem. Há também uma grande crença na capacidade de aprendizagem das pessoas (*eu não vejo porta no final*), desde que o ensino possa promovê-las (*vamos apagar isso do dicionário*).

De acordo com Lakoff e Johnson (1980), a metáfora não é uma questão meramente de palavras, pois está localizada nos conceitos. Se essa concepção estiver correta, as metáforas na narrativa de Rute representam uma concepção de educação (discurso) que constrói uma identidade em oposição a outras versões da identidade, como a materna. Trata-se também de uma identidade transgressora, não se encaixando no discurso de gênero dominante. É, portanto, uma identidade metamorfoseada, que coexiste com as identidades emancipatória e profissional. Rute é uma docente totalmente engajada com o discurso profissional. Há um único momento no texto em que se apresenta o discurso tradicional, quando se refere às pessoas jovens e adultas que buscam suas aulas de alfabetização: os homens falam de sua motivação para as aulas – tirar a carteira de motorista. Já as mulheres querem abrir uma loja de doces e bolos. Aqui, há uma diferença significativa entre a identidade metamorfoseada (da professora) e a identidade tradicional (das pessoas adultas não-alfabetizadas).

Considerações finais

As práticas sociais de gênero no Brasil, como indiquei neste artigo, estão em processo de mudança. Fundamentais para compreender o presente, os discursos históricos estabelecem bases para pesquisar a construção do gênero como um processo social localizado num contexto sociocultural específico. É, dessa forma, inadequado falar de gênero sem considerar as características desse contexto, pois as mudanças resultam de práticas transgressoras de determinadas tradições, no presente caso, tradições dominadas pelo conservadorismo, como foi indicado na narrativa de Maria. Aqui, a coragem opõe-se ao sentimento de medo, que Maria percebe nas outras mulheres. O medo é provavelmente resultado de experiências como o abuso sexual, sofrido por Elena e sua irmã (“Introdução”), e a violência, por exemplo, a violência relatada pelas mulheres da Casa Abrigo (“Discursos históricos de gênero”). Essas tradições mantiveram-se no passado pelo poder nas relações de gênero, um poder que desrespeita, mutila e mata, e que tem uma face simbólica nas estruturas da língua portuguesa, na referência genérica.

Porém, esse processo social é dinâmico, abrindo-se como um mosaico a novas formas de definir a sexualidade e a identidade. Portanto, cabe reafirmar, com Cameron (1995), a necessidade de problematizar nosso próprio conceito de gênero, de feminino e masculino. Da mesma forma que os discursos que constroem a diferenciação, há discursos que constroem a indeterminação. Contrariamente a Bourdieu, conforme destaquei na “Introdução”, não é mais possível delimitar o feminino em

oposição ao masculino (“Identidades metamorfoseadas e identidades rebeldes”). Nesse debate, é preciso destacar o lesbianismo.

Se o lesbianismo não está proibido explicitamente, isso se dá em parte porque nem sequer pode entrar no campo do pensável, do imaginável, essas coordenadas de inteligibilidade cultural que regulam o real e o nomeável. (Butler, 2000: 96, citada por Silva, 2008: 10.)

Esse é provavelmente o desafio a ser contemplado na pesquisa de gênero e discurso em futuros trabalhos, pois, como nos sugerem Maria e Rute, as identidades são investimentos políticos: sua maneira de vestir, de falar, a postura e os atos formam uma identidade transgressora, metamorfoseada, que se opõe aos padrões preestabelecidos.

Bibliografia

- Bakhtin, M. (1997)** *Estética da criação verbal*. 2ª ed. Trad. M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- Bandeira, L. & Siqueira, D. (1997)** “A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo”. *Sociedade e Estado*, XII (2): 263-284.
- Bento, B. (2006)** *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Benwell, B. & Stokoe, E. (2006)** *Discourse and identity*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Bourdieu, P. (1999)** *A dominação masculina*. Trad. M. H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bucholtz, M. (1995)** “From mulatta to mestiza: passing and the linguistic reshaping of ethnic identity. In: Hall, K. & Bucholtz, M. (orgs.) *Gender articulated: language and the socially constructed self*. Nova York, Londres: Routledge, p. 351-373.
- _____ & **Hall, K. (1995)** “Introduction”. In: Hall, K. & Bucholtz, M. (orgs.), *Gender articulated: language and the socially constructed self*. Nova York, Londres: Routledge, p. 1-22.
- Butler, J. (2000)** “Imitación e insubordinación de género.” *Revista de Occidente*, 235: 85-109.
- Caldas-Coulthard, C. R. (1997)** *News as social practice*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC. (“Advanced Research English Series”)
- _____ (2007) “Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade.” *Discurso & Sociedad*, 1 (2) www.dissoc.org/ediciones/v01n02 Acesso em 9 de junho de 2009.
- Cameron, D. (1995)** “Rethinking gender and language studies: some issues for the 1990s.” In: Mills, S. (org.) *Language and gender*:

- interdisciplinary perspectives*. Londres, Nova York: Longman, p. 31-44.
- _____ (1999) "Performing gender identity: young men's talk and the construction of heterosexual masculinity". In: Jaworski, A. e Coupland, N. (orgs.) *The discourse reader*. Londres e Nova York: Routledge, p. 442-458.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999)** *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Colling, A. M. (1997)** *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos.
- Del Priore, M. (1993)** *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Dias, T. R. N. (2007)** "Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica". Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, dissertação (Mestrado).
- Fairclough, N. (1992)** *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- _____ (2001) *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____ (2003) *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres, Nova York: Routledge.
- Ferreira, A. B. de H. (s/d)** *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª ed. Editora Nova Fronteira.
- Figueiredo, D. de C. (2004)** "Violência sexual e controle legal: uma análise crítica de três extratos de sentenças em caso de violência contra a mulher". *Linguagem em (Dis)curso*, 4: Especial: 61-83. Org. Figueiredo, D. de C. & Caldas-Coulthard, C. R.
- Foucault, M. (1987)** *A arqueologia do saber*. 3 ed. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____ (1988) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 6 ed. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes.
- Fowler, R.; Hodge, B.; Kress, G. & Trew, T. (1979)** *Language and control*. Londres, Boston e Henley: Routledge & Kegan Paul.
- Giddens, A. (1991)** *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Halliday, M. A. K. (1994)** *Introduction to functional grammar*. 2a ed. Londres: Arnold.
- Harvey, D. (1996)** *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell.

- Lakoff, R. (1975)** *Language and woman's place*. Nova York: Harper and Row.
- Lakoff, G; Johnson, M. (2003)** *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press. [1980]
- Lazar, M. M. (2000)** "Gender, discourse and semiotics: the politics of parenthood representation." *Discourse & Society*, 11 (3): 373-400.
- Lima, M. C. de (2007)** "Discursos e identidades de gênero no contexto da escola." Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, tese (Doutorado).
- Lopes, A. C. (2003)** "Narrativas das adolescentes em conflito com a lei." Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, dissertação (Mestrado).
- Magalhães, I. (1991)** "Discurso da mulher à Nova Constituição do Brasil". In: Monclair, S. (Org.) *A Constituição desejada*. Brasília: Senado Federal, 1991, p. 143-186.
- _____. (1995) "A critical discourse analysis of gender relations in Brazil". *Journal of Pragmatics*, 23: 183-197.
- _____. (2004) "Teoria crítica do discurso e texto." *Linguagem em (Dis)curso*, 4: Especial: 113-131. Org. Figueiredo, D. de C. & Caldas-Coulthard, C. R.
- _____. (2005a) "Análise do discurso publicitário." *Revista da Abralin*, 4 (1 e 2): 231-260.
- _____. (2005b) "Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil." In: Lazar, M. M. (Ed.) *Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 181-204.
- _____. (2005c) "Critical discourse analysis and the semiotic construction of gender identities." *D.E.L.T.A.*, 21: Especial: 179-205. Org. Magalhães, I. & Rajagopalan, K.
- _____. (2006) "Discurso, ética e identidades de gênero." In: Magalhães, I., Grigoletto, M., e Coracini, M. J. (orgs.) *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos, SP: Claraluz, p. 71-96.
- _____. (2008) "Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial." *Calidoscópio*, 6 (2): 61-68.
- Maltz, D. N. & Borker, R. (1982)** "A cultural approach to male-female miscommunication". In: Gumperz, J. (org.) *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 195-216.
- Moita Lopes, L. P. da (2002)** *Identidades fragmentadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Ostermann, A. C. (2006)** "Comunidades de prática: gênero, trabalho e face." In: Heberle, V. M., Ostermann, A. C. & Figueiredo, D. de C.

- (orgs.) *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 15-47.
- Poynton, C. (1989)** *Language and gender: making the difference*. 2a ed. Oxford: Oxford University Press.
- Radhay, R. A. (1999)** “Narrativas de casais internacionais: identidade, voz e o outro.” Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, dissertação (Mestrado), 1999.
- Santos, A. L. de A. (1996)** “Intertextualidade e gênero no discurso jurídico”. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, dissertação (Mestrado).
- Santos, B. de S. (2007)** *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Silva, D. do N. (2008)** “Identidades e performatividade de gênero nas práticas discursivas da Brahma Kumaris.” *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 9 (1): 5-37.
- Sousa, M. Tina, 21.** Rio de Janeiro: Globo.
- Spender, D. (1980)** *Man made language*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Sunderland, J. (2004)** *Gendered discourses*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Tannen, D. (1991)** *You Just don't understand: women and men in conversation*. Londres: Virago.
- Thompson, J. B. (1990)** *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press.
- Wodak, R. & Meyer, M. (2001)** *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres, Thousand Oaks e Nova Délhi: Sage Publications.
- Zimmerman, D. & West, C. (1975)** “Sex roles, interruptions and silences in conversation.” In: Thorne, B. & Henley, N. (orgs.) *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, Massachusetts: Newbury House.

Notas

1. Todas as traduções citadas aqui, com exceção da obra de Bourdieu, são de minha autoria.
2. O conceito de modalidade refere-se às atitudes e crenças de quem fala ou escreve em relação ao que diz, indicando o engajamento ou o não-comprometimento do autor ou da autora com o enunciado: “aquilo com que os autores ou as autoras comprometem-se em termos de verdade ou necessidade” (Fairclough, 2003: 219). A modalidade é subjetiva quando a relação entre o autor ou a autora e a representação é explícita (‘eu penso que’). Se a relação é implícita, temos a

modalidade objetiva, que pode ser indicada nos tempos verbais (presente ou futuro), nos verbos modais (‘dever’, ‘poder’), nos advérbios modais (‘provavelmente’, ‘possivelmente’), nos adjetivos (é provável’, ‘é possível que), nos marcadores do discurso (‘uma espécie de’) (Halliday, 1994).

3. O lugar social é constituído nos textos conforme o discurso, podendo ser conservador ou transformador.

Nota biográfica

	<p>Izabel Magalhaes es Professora de Análise do Discurso na Universidade de Brasília, Brasil, com Doutorado na Universidade de Lancaster, Reino Unido, Izabel Magalhães fundou o periódico <i>Cadernos de Linguagem e Sociedade</i> em 1995. De 1991 a 1993 e de 1995 a 2006, foi coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam). Atualmente aposentada, Izabel Magalhães continua vinculada a essa instituição como Pesquisadora Colaboradora. A partir de agosto de 2009, é Professora Visitante na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Publicou vários livros no Brasil e artigos de pesquisa em periódicos nacionais e internacionais. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).</p> <p>Correo electrónico: mizabel@uol.com.br</p>
--	---